



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

DISCUSSÃO/VOTAÇÃO

CIENTE
S. Sessões, 08 / 03 / 18

Presidente

PARECER Nº 14/2018

APROVADO

☒

REJEITADO

☐

UNANIMIDADE

☒

MAIORIA

☐

FAVORÁVEIS

☐

CONTRA

☐

SALA SESSÕES

08 / 03 / 18

PRESIDENTE

OBJETO: Projeto de Lei Complementar nº 02/2018 do Poder Executivo.

EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA: O Projeto de Lei Complementar nº 02/2018 cria funções temporárias no quadro de pessoal da Prefeitura e dá outras providências. Entretanto, tendo em vista a mensagem aditiva trazida pelo Prefeito Municipal, a comissão apresenta o seguinte substitutivo, que servirá como redação final:

Cria funções temporárias no Quadro de Pessoal da Prefeitura, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Bariri as funções públicas de Médico Plantonista em atendimento de Urgência e Emergência, Enfermeiro Padrão em atendimento de Urgência e Emergência e Técnico em Enfermagem de Urgência e Emergência, a serem lotados no atendimento do Serviço de Urgência e Emergência do Município de Bariri.

§1º As atribuições encontram-se descritas no anexo I da presente Lei.

§2º A contratação destes profissionais se dará em caráter emergencial e de forma temporária, nos termos da Lei Municipal nº 4.035, de 16 de agosto de 2011.

§3º Os vencimentos seguirão os padrões da tabela de vencimentos do Município de Bariri, estabelecida pela Lei Municipal nº 3.309, de 09 de dezembro de 2002 e seus anexos, adequando-se as alterações introduzidas por esta lei, conforme segue:

Empregos	Quantidade a criar	Provimento	Padrão
Médico Plantonista de Urgência e Emergência	18	Temporário	204
Enfermeiro Padrão de Urgência e Emergência	08	Temporário	148
Técnico em Enfermagem de Urgência e Emergência	16	Temporário	123



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 2º A jornada de trabalho das funções de Enfermeiro Padrão de Urgência e Emergência e Técnico em Enfermagem de Urgência e Emergência se dará em turnos de revezamento de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, perfazendo 42 horas de trabalho semanal.

§ 1º A jornada de trabalho dos Médicos Plantonistas de Urgência e Emergência será de 12 horas, limitadas por 06 plantões mensais.

§ 2º Em caso de falta injustificada, o servidor perderá o direito ao vale alimentação nos termos da Lei Municipal nº 3.801, de 29 de maio de 2009.

§ 3º Na jornada de trabalho em escala 12x36, a verba relativa ao Descanso Semanal Remunerado já está inclusa no pagamento da remuneração mensal.

§ 4º O servidor que faltar, sem apresentar justificativa, em dia previsto como escala de trabalho de 12x36, terá o dia descontado de seus rendimentos.

Art. 3º A contratação vigorará até a realização pelo Poder Público de concurso público de provas e títulos ou Chamamento Público previsto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 para contratação de Organização Social, através de contrato de gestão, conforme Lei Municipal nº 3.993, de 02 de março de 2011.

§ 1º A contratação em caráter emergencial e temporário das funções públicas, objeto dessa Lei, acontecerá somente pelo prazo de 60 (sessenta) dias, necessitando de nova autorização legislativa em caso de prorrogação.

§ 2º Na ocorrência de frustração do processo seletivo simplificado previsto nesta lei para a contratação das funções públicas temporárias, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a contratar emergencialmente Organização Social para atendimento dos serviços a serem realizados nas dependências da Organização Social Vitale Saúde.

Art. 4º Fica instituída a Servidão Administrativa sobre as dependências do Pronto Socorro Municipal "Madeleine Moukarsel Azar", pertencente a ORGANIZAÇÃO SOCIAL VITALE SAÚDE inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas nº 44.690.238/0001-61, localizado na Avenida Coronel Antonio José de Carvalho, 409 - Centro e as áreas congêneres do local, bens e equipamentos necessários para a prestação de Pronto Atendimento de Urgência e Emergência.

Parágrafo único. A remuneração de uso será apurada em processo de quantificação de custos a serem aferidas em valor de mercado, assegurada a imediata imissão de posse dada a urgência e essencialidade da manutenção do Serviço Público de Pronto Atendimento, deixando a administração de responder por qualquer passivo referente à Organização Social Vitale Saúde.

Art. 5º Fica autorizado o Município a efetuar a contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços e atendimentos de plantão de retaguarda nas seguintes especialidades médicas:

- I – Pediatria;
- II – Obstetrícia;
- III – Ortopedia;
- IV – Cirurgião Geral;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

V – Anestesiologia.

Art. 6º Os insumos e medicamentos utilizados no Pronto Atendimento durante o período emergencial e temporário de que trata esta Lei Municipal, deverá ser adquirido pela municipalidade através da Diretoria de Serviços de Saúde.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CONCLUSÃO DOS RELATOR: A matéria é de interesse do município, razão pela qual sou pela aprovação da mesma.

MEMBROS DAS COMISSÕES: Aprovamos o presente parecer.

Câmara Municipal de Bariri, 08 de março de 2018.

JUSTIÇA E REDAÇÃO	
BENEDITO ANTONIO FRANCHINI (PTB) Presidente e Relator	APROVO
FRANCISCO LEANDRO GONZALEZ (PPS) Vice-Presidente	APROVO
MARIA PIA BETTI DA SILVA NARY (PSDB) Membro	APROVO
FINANÇAS E ORÇAMENTO	
BENEDITO ANTONIO FRANCHINI (PTB) Vice-Presidente em exercício	APROVO
CELISA LUISA FANTON BOLLINI (PV) Membro	APROVO
MARIA PIA BETTI DA SILVA NARY (PSDB) Membro	APROVO